

**LINGUÍSTICA TEXTUAL, ENUNCIÇÃO E ANÁLISE DE DISCURSO:
LIMITES E PERSPECTIVAS PARA UM MESMO OBJETO**

***TEXT LINGUISTICS, ENUNCIATION, AND DISCOURSE ANALYSIS: LIMITS AND
PERSPECTIVES FOR THE SAME OBJECT***

Mônica Ferreira Cassana¹
Mestre em Letras
Universidade Católica de Pelotas
(monicassana@gmail.com)

RESUMO: Neste artigo, demonstramos as diferentes concepções de língua, sujeito e texto para distintas teorias que trabalham com o texto como objeto e unidade de análise. Mostramos como uma tira humorística apresenta limites e perspectivas diferentes, considerando três abordagens teóricas, a saber: linguística textual, teorias enunciativas e análise de discurso de linha francesa, fundamentada por Michel Pêcheux. Realizamos um percurso teórico e analítico, em que trabalhamos com as considerações da linguística textual, a respeito das relações entre texto e contexto, e com as perspectivas enunciativas, que pressupõem uma relação de subjetividade interna ao texto. Por fim, demonstramos, também, a perspectiva da análise do discurso, a qual convoca a historicidade e a exterioridade como elementos fundamentais à concepção do texto enquanto unidade de análise.

Palavras-chave: Linguística textual; Enunciação; Análise do discurso

ABSTRACT: In this article we intend to demonstrate the different conceptions of language, subject, and text for distinctive theories that work with text as an object and unit of analysis. We demonstrate how a comic strip presents limits and different perspectives considering three theoretical approaches, namely: text linguistics, enunciation theories, and the French line of discourse analysis, grounded by Michel Pêcheux. We use a theoretical and analytical framework in which we work with considerations of the text linguistics about the relationship between text and context, and enunciation perspectives that presume a relation of subjectivity internal to the text. Finally, we also demonstrate the discourse analysis' perspective which requests the historicity and exteriority as key elements to the conception of the text as a unit of analysis.

Keywords: Text linguistics; Enunciation; Discourse analysis

Introdução

Diferentes correntes linguísticas possuem diferentes perspectivas para analisar um mesmo objeto, no caso em questão, o texto. Isso não é diferente em relação à língua. O olhar de um foneticista e de um analista de discurso sobre um determinado texto nunca será o mesmo, o que possibilita jamais esgotar as possibilidades de análise do movimento que a língua faz ao compor e fazer-se compor em um texto.

¹ Doutoranda em Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Dessa maneira, acreditamos ser pertinente trazer visões de diferentes correntes dos estudos da linguagem – visões que comumente são tratadas de forma igual, mas que conservam características muito diferentes – sobre um mesmo objeto: a tira humorística.

A partir disso, nos propomos a examinar, levando em consideração os pressupostos teóricos de cada perspectiva teórica, como a linguística textual, a enunciação e a análise de discurso de linha francesa se diferenciam no âmbito da análise da tira. Em nosso percurso teórico e metodológico, trataremos de explicitar como a noção de texto se transforma, juntamente à noção de língua – vista de maneira distinta pelas três teorias.

O objeto de análise: a tira

Nosso objeto de análise será uma tira humorística da Mafalda. A personagem, criada pelo cartunista argentino Quino (1993), é uma menina atrevida, a quem seu próprio criador chama de *enfant terrible*. A própria história de criação de Mafalda já é interessante, uma vez que a personagem surge de um projeto publicitário no qual Quino deveria criar – como publicidade velada a uma empresa de eletrodomésticos – uma família típica da classe média. O projeto não foi aceito pelo cliente da empresa em que Quino trabalhava, e foi arquivado pelo cartunista em 1963.

A partir de 1965, as tirinhas de Mafalda começaram a ser publicadas no jornal *El Mundo*, de Buenos Aires. A publicação das tirinhas ocorreu até 1973, quando Quino desenhou a última peripécia de Mafalda. Contudo, Mafalda já era conhecida em vários países do mundo. Até os dias de hoje, e mais do que nunca, é sempre lembrada pelas suas dúvidas, inquietações e questionamentos.

A tirinha que nos propomos a analisar traz o seguinte diálogo entre Mafalda e Miguelito, amigo mais jovem de Mafalda, retratado nas tirinhas como um menino egocêntrico e pessimista:



(QUINO, 1993, p. 350)

A perspectiva da linguística textual

A linguística textual (doravante LT) consolidou-se em oposição aos estudos da chamada linguística estrutural, “a qual compreendia a língua como sistema e como código, com função puramente informativa” (BENTES, 2001, p. 245). Em oposição a essa corrente, a LT surge – no início dos anos 1960 – com a preocupação de efetuar uma análise textual que possa ir além dos limites da unidade – o texto.

De acordo com Bentes (2001), a LT passou por três momentos distintos de constituição da teoria, sem que haja uma cronologia para determiná-los. No princípio, o interesse dos estudiosos da LT, como Halliday e Hassan (1973, 1976), voltava-se para a chamada *análise transfrástica*, isto é, para “fenômenos que não conseguiam ser explicados pelas teorias sintáticas e/ou pelas teorias semânticas que ficassem limitados ao nível da frase” (BENTES, 2001, p. 247). No âmbito da *análise transfrástica*, portanto, o linguista, ao analisar um texto, deveria partir da frase para o texto, observando as relações semânticas entre termos lexicais. Em uma sequência de frases como “Oi, Miguelito! Coisa boa na TV?/Acabei de ligar”, o linguista deveria examinar quais as relações entre o substantivo “televisão (TV)” e o

verbo “ligar”, demonstrando quais relações semânticas são possíveis a partir do uso desses termos.

Os estudiosos da linguística textual perceberam, no entanto, que não era possível apenas estabelecer as relações entre itens lexicais e seus referentes, já que, dessa forma, o texto estaria condenado a ser apenas “uma simples soma de significantes das frases que o constituem” (BENTES, 2001, p. 249). Passaram, assim, à elaboração de gramáticas textuais, nas quais tentaram, de início, fazer do texto o objeto da Linguística (BENTES, 2001, p. 249):

Dizendo de outra forma, as primeiras gramáticas textuais representaram um projeto de reconstrução do texto como um sistema uniforme, estável e abstrato. Neste período, postulava-se o *texto* como unidade teórica formalmente construída, em oposição ao *discurso*, unidade funcional, comunicativa e intersubjetivamente construída (BENTES, 2001, p. 249) [grifos da autora].

Ao ver o texto como um sistema uniforme e estável, os autores que representam esse segundo momento da LT propunham que o texto seria uma unidade linguística passível de ser segmentada. Dessa forma, cada elemento da língua, cada categoria linguística desempenharia um papel nesse grande sistema, classificado como texto.

Os pressupostos gerativistas também influenciaram a construção das gramáticas textuais. Segundo Koch (2004, p. 5), tais gramáticas, como por exemplo as propostas por Dressler (1972, 1977) e Van Dijk (1972), teriam três tarefas básicas, a saber:

a) verificar o que faz que um texto seja um texto, ou seja, determinar seus princípios de constituição, os fatores responsáveis pela sua coerência, as condições em que se manifesta a textualidade; b) levantar critérios para a delimitação de textos, já que a completude é uma de suas características essenciais; c) diferenciar as várias espécies de textos (KOCH, 2004, p. 5).

Percebemos que, ao propor análises de verificação, levantamento de critérios e diferenciação de “espécies de textos”, os teóricos da LT estavam tentando fazer com que o estudo da língua fosse extremamente científico, como se o texto fosse um objeto a ser dissecado. Essa afirmação pode ser corroborada se entendermos que tais pesquisadores acreditavam – ao modo das teorias gerativistas

– que todo falante teria *competência* para “distinguir um texto coerente de um aglomerado incoerente de enunciados” (KOCH, 2004, p. 6).

Passemos agora, ao terceiro momento de consolidação da LT, o qual se estende até a atualidade. Nesse momento, a LT começa a importar-se com a noção de pragmática, considerando o contexto como fundamental à noção de texto. A partir dessa nova perspectiva, os conceitos de texto e de língua passam a ser vistos de forma distinta bem como a própria perspectiva de linguística textual, que passa a ser considerada uma “disciplina essencialmente interdisciplinar” (BENTES, 2001, p. 252).

Assim, atualmente, o conceito de texto, para a LT, considera a produção textual com base em três aspectos: 1. Produção textual como atividade verbal, ou seja, os falantes, ao produzirem um texto, praticam atos de fala; 2. Produção textual como atividade verbal consciente, levando em consideração a intencionalidade do falante; e 3. Produção textual como atividade interacional, considerando o envolvimento dos interlocutores nos processos de compreensão e construção do texto (BENTES, 2001, p. 254-5).

Influenciada por estudos advindos de outras áreas, como a pragmática e a enunciação, a LT procura trabalhar na construção dos sentidos do texto, tendo as categorias de coerência e coesão textual como principais elementos de leitura, produção e análise textual.

Explicamos brevemente tais categorias, devido à sua pertinência para a análise do texto. Relembramos, primeiramente, da noção de coesão textual, que está ligada ao uso de elementos coesivos nos textos, ou seja,

Elementos linguísticos presentes na superfície textual que se interligam, se interconectam, por meio de recursos também linguísticos, de modo a formar um “tecido” (tessitura), uma unidade de nível superior à da frase, que ela difere qualitativamente (KOCH, 2004, p. 35).

Assim, ao falar em coesão, falamos de elementos da língua – em seus aspectos linguísticos e pragmáticos – que apontam para outros elementos da língua, não havendo referências a aspectos mais amplos que o texto, isto é, o contexto.

A noção de coerência, a qual depende da noção de coesão, procura verificar não só os aspectos linguísticos, mas de que modo eles atuam no texto, de modo a construir sentido, na relação entre texto/contexto. Segundo Bentes (2001, p.

257), “o(s) sentido(s) do texto não está/estão no texto em si, mas depende(m) de fatores de diversas ordens: linguísticos, cognitivos, socioculturais, interacionais”.

Devido a esses fatores, que não estão no texto em si, a LT postula a concepção de **conhecimento de mundo**: “O conhecimento enciclopédico, semântico ou conhecimento de mundo é aquele que se encontra armazenado na memória de cada indivíduo” (KOCH, 2004, p. 22). Há, no escopo da LT, uma série de categorias que correspondem aos tipos de conhecimento que o falante/leitor deve acionar na leitura de um texto, como por exemplo, conhecimento ilocucional, conhecimento metacomunicativo, conhecimento sobre estruturas ou modelos textuais globais. Não é nosso objetivo caracterizar quaisquer aspectos relacionados a essas categorias, apenas contextualizá-los a fim de que a abordagem sobre a LT seja mais completa. Assim, voltando ao exemplo em questão, Mafalda e Miguelito, os “falantes” da tira, acionam, em seu diálogo, elementos que dizem respeito ao conhecimento de mundo, às relações semânticas: ora, é imprescindível que os falantes concordem que uma televisão pode ser ligada e desligada, caso contrário, a comunicação não se efetivaria.

Linguística textual: análise

Se a LT considera o texto uma unidade em que estão implicados os processos intencionais e as atividades dos falantes enquanto produtores conscientes de um texto, toda análise supõe que o texto é uma unidade, isto é, o texto e seu contexto imediato como os aspectos que devem ser levados em conta ao realizar a leitura e a interpretação.

Tomando como base a tirinha apresentada, temos um diálogo entre os personagens Mafalda e Miguelito. Mafalda, ao entrar na sala e ver Miguelito vendo a televisão, pergunta se há alguma coisa boa, ao que o menino responde: “*Acabei de ligar*”. Notemos, nesse primeiro momento, que não há nenhuma resposta à pergunta efetuada por Mafalda, já que Miguelito não responde se há ou não alguma coisa boa na tevê. A ausência de uma resposta imediata ou objetiva deve ser inferida pelo leitor, que vê, pelo contexto da tira, os sentidos que são possíveis a essa interpretação. Por conta das competências textuais e, portanto, pragmáticas dos leitores/falantes, percebemos que Miguelito, na realidade, está querendo dizer “Não

sei ainda, pois acabei de ligar”. Essa informação, contudo, não está presente no texto, mas no conhecimento de mundo dos leitores/falantes, que passam a inferir tais informações.

No segundo quadrinho, Miguelito dá seguimento ao que foi dito anteriormente, dizendo “mas parece que se você passa desodorante, depois come salsichas e aí compra uma máquina de lavar roupas só não é feliz se for muito idiota”. Analisamos, portanto, como se dá a relação entre os elementos da língua nessa frase.

Ao completar a sua frase, isto é, o que foi dito no quadrinho anterior, Manolito usa a conjunção adversativa “mas”, cujo uso, textualmente, está sempre relacionado à expressão de duas ideias contrárias. No entanto, ele não está dizendo nada ao contrário, adverso ao que foi dito anteriormente, apenas insinua, pelo seu conhecimento de mundo, o que passa normalmente na televisão. A forma como as outras orações são encadeadas é vista, pela ótica da LT, como organizadores textuais e estabelecem relações de coesão. Os vocábulos “depois” e “aí”, por exemplo, atuam na organização essencial do texto. Esses organizadores situam o leitor e produzem uma coesão sequencial temporal, precisando cada ação no texto. Além disso, sinalizam as etapas de construção do texto e indicam a conclusão ou o seu fim. Já as frases iniciadas pela conjunção “se”: “se você passa desodorante” e “se for muito idiota” representam uma coesão por sequência lógica, ou seja, expressam ao leitor uma condição, isto é, uma relação de dependência, em que a expressão “se for muito idiota” possui uma relação indireta com “se você passa desodorante”.

A interpretação que se faz sobre a ótica da LT fica atrelada, assim, ao uso correto dos conectores, e a crítica efetuada pela tirinha pode ser interpretada através dos elementos linguísticos que são utilizados e do conhecimento de mundo acionado pelo leitor.

A perspectiva das teorias enunciativas

Se para a linguística textual, o objeto de análise é o texto, para as teorias da enunciação, o objeto é tomado como enunciado. Dada a extensa dimensão que a definição desse termo exige, devido à diversidade de abordagens teóricas que

trabalham com esse conceito, optamos por esboçar uma descrição mais ampla nas apresentações das abordagens enunciativas.

Acreditamos que é necessário, primeiramente, esboçar uma definição do que se entende por “teoria da enunciação”. Nas palavras de Flores e Teixeira (2005, p. 99), “o que caracteriza a linguística da enunciação é a abordagem do fenômeno enunciativo na linguagem desde um ponto de vista que considere o sujeito que enuncia”. Nesse sentido, há uma ruptura com os saberes apresentados anteriormente, sobre a linguística textual. Se antes o sujeito não era visto como enunciador ou não se inseria na língua, passa agora a ser considerado.

Assim, as teorias enunciativas constituem-se como um conjunto de estudos que veem a língua não como um sistema de regras, mas de uma perspectiva de um sujeito que se apropria da língua para constituir-se, para falar e para dialogar no mundo – a “presença do homem na língua”, do qual nos fala Benveniste (1991). O sujeito toma a língua para falar, insere-se nela para fazer sentido. Eis a contribuição da teoria da enunciação para os estudos da linguagem.

Partindo de princípios semelhantes, cada teórico contribui de forma diferente na construção da teoria da enunciação, considerando diferentes maneiras de articular sujeito, enunciado e sentido. Por esse motivo, não se fala de uma única teoria da enunciação, marcada por apenas um autor que possui seguidores. Sobre esse aspecto, Flores e Teixeira afirmam que há, agrupados sob a designação “linguística da enunciação”, as várias “teorias da enunciação”, que abrigam os traços comuns às abordagens enunciativas propostas por diferentes autores, como por exemplo Bally (1932), Benveniste (1989; 1991), Ducrot (1987), Bakhtin (1929), Authier-Revuz (1982).

No entanto, neste trabalho, abordaremos alguns autores, apresentado as abordagens que possam contribuir com o nosso objeto de análise. Nesse sentido, acreditamos que é necessário mostrar, inicialmente, a perspectiva de Benveniste (1989; 1991), por ser considerado o principal expoente da teoria da enunciação.

Benveniste (1989; 1991) é considerado o fundador da enunciação como campo estudo na linguagem. Sua abordagem da teoria da enunciação surge no momento histórico em que há o apogeu do estruturalismo, que, por considerar somente as leis internas dos sistemas linguísticos, não voltava sua atenção à subjetividade.

O autor, por sua vez, desenvolve uma teoria voltada à enunciação, em que há articulação entre sujeito e estrutura, tornando-se fundamental, na sua obra, a importância que o autor dá à questão da subjetividade, corroborada pela oposição entre as pessoas do discurso. É ao pensar sujeito e estrutura, que o autor acaba por discutir o homem na língua.

O teórico principia suas reflexões a partir da estrutura pronominal que todas as línguas possuem. Na categoria dos pronomes pessoais, o autor observa que em “eu/tu” está presente a noção de pessoa, mas em “ele” essa noção é abolida. Eu e tu podem não aparecer em um texto escrito, de divulgação científica, por exemplo, mas dificilmente não estarão presentes em um texto falado (BENVENISTE, 1989, p. 278), ou seja, podem aparecer como pronomes mas não como categorias de pessoa.

O par “eu/tu” faz parte da categoria de “pessoa”, já que pertencem ao nível pragmático da linguagem e são definidos durante o momento do discurso. Assim, “eu” e “tu” assumem caráter subjetivo à medida que o sujeito é produto de um jogo de intersubjetividade, o que possibilita a inversão do par “eu/tu”, num processo de apropriação da língua. Em outras palavras, “eu/tu” não remetem à realidade e nem a algo objetivo, uma vez que são signos vazios, os quais são realizados na instância do discurso.

Ligada a essa estrutura pronominal pessoal, está a noção de (inter)subjetividade, na qual o autor realiza uma distinção entre as duas primeiras pessoas (eu e tu) e a terceira (ele) com base em duas correlações: a de personalidade e a de subjetividade. A noção de (inter)subjetividade na linguagem é elementar para a construção da abordagem de Benveniste. É a partir dessa noção que o autor propõe um nível de significado que engloba referência aos interlocutores e o modo como estes referem e correferem na atribuição de sentido às palavras.

O fenômeno da linguagem somente pode ser realizado mediante a apresentação do locutor como sujeito, o qual faz remissão a ele mesmo como “eu” e ao outro como “tu”, ou seja, “aquele que fala” e “aquele a quem se fala”, que se constituem como elementos indissociáveis, uma vez que o indivíduo só adquire existência através do “outro”.

Por outro lado, “ele” pertence à categoria de não-pessoa, ao nível sintático da linguagem, já que pode representar uma infinidade de sujeitos ou

nenhum, além de não se mostrar reflexivo da instância do discurso devido ao fato de que sua função é se combinar com uma referência objetiva independentemente da instância da elocução (BENVENISTE, 1991).

Diante disso, é possível perceber que os pronomes “eu” e “tu” somente poderão ser identificados a partir da instância do discurso, e, portanto, estarão desprovidos de valor a não ser na instância em que são produzidos. Esses pronomes se referem à realidade do discurso (BENVENISTE, 1989, p. 278-9), pois o “eu” é único e só se manifesta no momento em que o interlocutor toma a palavra. O “eu”, portanto, só possui existência linguística no ato de proferir as palavras, ou seja, no momento em que essas são proferidas pelo indivíduo.

Quanto ao pronome “ele”, se distancia dos outros dois pelo fato de se combinar com qualquer referência de objeto, não ser reflexivo, comportar um número extenso de variantes pronominais ou demonstrativas e não ser compatível com o paradigma dos termos referenciais (dêiticos).

Esses termos adquirem referência na instância do discurso e são situados em relação aos indicadores de pessoa. “Aqui”, “agora”, “meu”, por exemplo, são termos que só adquirem valor, sentido, ao serem produzidos juntamente com aquele que os fala, que os situa, ao mesmo tempo em que se situa, no discurso. Segundo o autor, “é essencial a relação entre o indicador (de pessoa, tempo, lugar, objeto mostrado) e a instância do discurso” (BENVENISTE, 1989, p. 280).

Ainda na perspectiva das teorias da enunciação, é pertinente que tragamos as contribuições desenvolvidas por Oswald Ducrot (1987), quanto à noção de locutor e enunciador². Segundo o autor, pode haver, em um enunciado, um ou mais locutores e diferentes enunciadores, responsáveis por expressar diferentes pontos de vista. Em um primeiro momento da teoria ducrotiana, as vozes, os pontos de vista expressos pelos enunciadores, estavam ligados a diferentes atos de fala. Já na reformulação teórica, Ducrot apresenta o enunciador com base nas suas reflexões sobre a polifonia. Nesse sentido, “o locutor tem dois tipos de relação com os enunciadores que ele põe em cena em seu enunciado, e que são a origem dos pontos de vista expressos” (DUCROT e CAREL, 2008, p. 7).

² Segundo Ducrot (1987, p. 198), o locutor é dado como o responsável pela produção de um enunciado. O enunciador é a expressão de diferentes pontos de vista, opostos ou não aos do locutor, manifestados no enunciado.

Para Ducrot, o sujeito falante não é uno; ele não se assemelha ao sujeito empírico. Segundo o autor, há, no enunciado, a superposição de vozes diversas. Nas palavras de Cazarin (2002, p. 18-9):

Ao criticar a teoria da unicidade do sujeito da enunciação – um enunciado – um sujeito, Ducrot afirma que na referida perspectiva entende-se que há um ser único, autor do enunciado e responsável pelo que é dito no mesmo, tendo como principais propriedades: ser dotado de toda a atividade psicofisiológica necessária à produção do enunciado; ser autor e origem dos atos ilocutórios realizados na produção do enunciado; ser designado em um enunciado pelas marcas da 1ª pessoa (CAZARIN, 2002, p. 18-9).

Dessa forma, o locutor assimila determinados pontos de vista dos enunciadores, através das marcas linguísticas, como o uso da conjunção “mas” e da negação. Além disso, percebemos tais pontos de vista em enunciados irônicos, que dão margem a outras significações para um mesmo enunciado. O locutor, assim, identifica-se com um dos enunciadores de forma mais determinada, assimilando totalmente o ponto de vista do enunciador, ou ainda, de forma mais indeterminada, quando expressa seu enunciado de acordo com o que foi dito por um sujeito falante indeterminado, coletivo.

Teorias enunciativas: análise

Como demonstramos, de acordo com as teorias da enunciação, as marcas linguísticas inscrevem o sujeito na língua. Através dessas marcas, os sujeitos estabelecem suas relações com a língua e com o mundo, pressupondo o enunciador como um sujeito falante que possui domínio e controle sob aquilo que diz.

Na tira de Quino, de acordo com as proposições ducrotianas, o personagem Miguelito é o locutor que interage com Mafalda e aciona diferentes pontos de vista. Em resposta à pergunta da menina, Miguelito formula o seguinte enunciado: “Acabei de ligar, mas parece que se você passa desodorante, depois come salsichas e aí compra uma máquina de lavar roupas só não é feliz se for muito idiota”. Em relação ao enunciado “parece que”, notamos que, com base na perspectiva da enunciação ducrotiana, o enunciador adere a um ponto de vista

expresso de maneira indeterminada. O enunciado também expressa uma marca de subjetividade, que aponta para o locutor e não para o fato abordado. O verbo “parecer” expressa uma ideia de possibilidade que está atrelada ao fato de ver televisão e ser um consumidor. A expressão adverbial “só não” manifesta uma condição, levando à conclusão de que o consumo e felicidade possuem uma relação direta, ou seja, quanto mais houver consumo maior será a satisfação e a felicidade dos sujeitos. A presença do advérbio de negação “não” expõe também uma outra voz que incide sobre o enunciado, que afirma um ponto de vista contrário à relação consumo é igual à felicidade, isto é, que pode não haver felicidade apesar do consumo excessivo.

Já de acordo com a teoria proposta por Benveniste (1989), o pronome “você”, ainda que classificado gramaticalmente como um pronome de tratamento, é usado para instaurar uma segunda pessoa, um “tu”, nesse enunciado. No entanto, o “você” não se refere à Mafalda, o interlocutor direto na cena enunciativa, mas, sim, a locutores indeterminados, os consumidores, que não estão presentes na interlocução, mas são os sujeitos a quem também se dirige a enunciação. Nesse diálogo está implícita uma ideia de (inter)subjetividade, já que Miguelito toma a palavra e posiciona-se como locutor, respondendo tanto à menina quanto a outros possíveis interlocutores. Há, assim, uma reversibilidade entre o eu-tu, condição para a instauração da subjetividade. Portanto, como afirma Benveniste, a (inter)subjetividade é uma condição para a subjetividade e a subjetividade é a passagem do locutor a sujeito, podemos perceber, então, a noção de intersubjetividade presente no enunciado analisado.

A perspectiva da análise de discurso

Segundo Malidier et al. (2010, p. 66), a elaboração do conceito de enunciação foi, sem dúvida, a tentativa mais importante para ultrapassar os limites da linguística da língua, já que essa proposta teórica remete para a linguagem assumida pelo sujeito falante. Conforme as autoras,

A possibilidade de separar, a partir de marcas formais, a leitura que o “sujeito” faz de seu próprio texto, a distância maior ou menor que ele marca com relação a si mesmo parece decisiva, como a

compreensão da relação que, através do seu enunciado, o sujeito estabelece entre seu alocutário, o mundo e ele mesmo (MALDIDIER et al., 2010, p. 67).

No entanto, ainda que a linguística da enunciação reconheça o sujeito falante como o enunciador, aquele que toma as palavras para si e se marca na língua, a teoria ainda se mostra muito limitada por não reconhecer o processo histórico e ideológico em que os sujeitos constituem seus discursos, e por isso mesmo, constituem a língua. Ainda segundo as autoras: “As perspectivas abertas pelo conceito de enunciação não podem, entretanto, deixar que se esqueçam a insuficiência de sua elaboração teórica e as dificuldades que ele apresenta” (MALDIDIER et al., 2010, p. 68).

Assim, as perspectivas enunciativas não são suficientes para compreendermos os efeitos de sentidos que surgem quando passamos a considerar um texto como um discurso. No discurso, os sentidos se constituem através da língua na sua relação com a exterioridade e a historicidade. Dessa forma, o texto, a partir dessa perspectiva, já não é visto como uma sequência de frases, nem como espaço no qual o sujeito falante se marca na língua, mas como espaço ideológico de constituição dos sentidos. Aqui, deixamos de marcar o falante, o sujeito empírico que toma a palavra para si, mas passamos a falar em *sujeito do discurso*, que se apropria dos sentidos, a partir de determinada condição de produção.

O principal representante da análise de discurso de linha francesa, Michel Pêcheux, afirma que a “análise de discurso se caracteriza por sua relação com a língua” (PÊCHEUX, 2011 [1984], p. 228). Diferentemente de outras perspectivas teóricas, que pensam a língua como um sistema que pode ser analisado através das estruturas sintáticas ou frasais, a AD vê a língua como “um real específico formando o espaço contraditório do desdobramento das discursividades” (PÊCHEUX, 2011 [1984], p. 228).

Considerando tais questões, o quadro teórico da AD apresenta uma perspectiva mais abrangente para análise das materialidades discursivas, porque considera o discurso, que se materializa no texto pela língua, como o efeito de sentido entre os lugares ocupados pelos sujeitos desse discurso (PÊCHEUX, 2010 [1969], p. 81). Dessa forma, podemos dizer que, na perspectiva da AD, o texto é uma unidade de análise e o discurso, o objeto dessa análise.

Diferentemente das teorias enunciativas, que consideram um indivíduo dotado de estratégias que controla aquilo que diz, a AD convoca um sujeito histórico e social. Isso quer dizer que, diferentemente de um sujeito estrategista, que constrói seu discurso de forma consciente, a AD pensa em um sujeito que, interpelado pela ideologia e pelo inconsciente, apenas imagina-se como dono daquilo que diz. Tais saberes se materializam no discurso do sujeito, que se apropria, de maneira não intencional, dos elementos presentes no interdiscurso e mostra sua adesão a determinada formação discursiva, a qual permite, ao analista, interpretar saberes aos quais esse sujeito está vinculado.

Desse modo, devemos considerar, conforme Orlandi (1996, p. 116), que ao falarmos em Análise do Discurso, não estamos falando em um nível diferente de análise, mas, sim, através de um ponto de vista diferente, ou seja, podemos trabalhar os textos em uma perspectiva discursiva, pensando o texto como “unidade significativa” (ORLANDI, 1996, p. 116).

Ainda conforme a autora, “o laço que liga o discursivo ao linguístico é bastante complexo” (ORLANDI, 1996, p. 118). Isso significa dizer que a AD possui uma característica que a diferencia das demais perspectivas sobre a linguagem. Aqui, torna-se essencial falarmos na exterioridade como elemento fundamental à abordagem da AD. Os elementos do interdiscurso, os saberes que constituem já-ditos constituem o discurso.

Como sabemos, o sujeito é interpelado pelos esquecimentos, crê-se como dono do seu dizer, imaginariamente controlando os sentidos. Conforme Pêcheux, o dizer é uma constante resignificação. Se para cada enunciado proferido, o sujeito se filia a uma determinada significação, ele inconscientemente rejeita outros enunciados, que poderiam estar presentes no discurso. Embora tenha a ilusão de ser dono daquilo que diz, isso não ocorre: o sujeito não é fonte, nem origem do que diz.

Essa questão é formulada por Pêcheux, como a teoria dos dois esquecimentos, em que, no esquecimento número 1, o sujeito possui a ilusão de ser fonte daquilo que diz, como se o sentido se originasse em si e esquece-se de que o discurso é produzido em relação ao já-dito, ao pré-construído, o sujeito acredita ser a origem, o ponto de partida daquilo que diz. Em relação ao esquecimento número 2, o sujeito tem a ilusão de que é capaz de expressar, na materialidade linguística,

exatamente o que tem a intenção de dizer. É interpelado, assim, pelos elementos da ordem do inconsciente e da ideologia, que se cruzam em seu discurso, tecendo uma rede de sentidos.

O discurso, portanto, se constrói a partir daquilo que já foi dito. O texto é uma trama de sentidos assentados historicamente, elementos de ordem ideológica que se constituem, sem que o sujeito possa se dar conta, sem que possa controlá-los. Como afirma Orlandi (1988, p. 53), “o discurso é uma dispersão de textos e o texto é uma dispersão do sujeito”, conforme mostramos na análise que segue.

Análise de discurso: análise

Ao analisarmos um texto como um discurso, promovemos uma diferenciação entre os objetos da linguística textual e das teorias da enunciação. Se, para as teorias anteriormente apresentadas, o texto era visto apenas em suas relações internas e em relação ao contexto, agora, o texto será visto como um objeto histórico, formulado e inserido em condições de produção e vinculado a determinadas formações discursivas. O discurso é analisado levando em consideração a exterioridade; aquilo que faz dele um objeto material de sentido, como unidade de análise.

Sendo assim, na análise da tira de Mafalda, não consideramos os aspectos linguísticos por si só, mas, sim, em sua relação com as condições de produção, com os aspectos histórico-sociais, levando em consideração o momento histórico e os sentidos produzidos, mobilizando aspectos do imaginário entre os sujeitos que participam do processo de leitura. Em outras palavras, não analisamos apenas as relações linguísticas internas e os elementos da língua, mas, sim, a sua relação entre língua e história na produção de sentidos.

Ao dizer “Acabei de ligar, mas parece que se você passa desodorante, depois come salsichas e aí compra uma máquina de lavar roupas só não é feliz se for muito idiota”, Miguelito não está apenas dizendo algo à Mafalda. Na ótica da AD, Miguelito e Mafalda não representam sujeitos empíricos, mas posições-sujeito, as quais, dadas as condições de produção envolvidas, acabam por construir certos efeitos de sentido.

O elemento linguístico “mas”, considerado como um índice de contradição, por ser gramaticalmente classificado como uma conjunção adversativa. No entanto, no âmbito da AD, o vocábulo “mas” não pode ser considerado apenas um índice que expressa uma adversidade, que demonstra duas expressões em contradição. A sequência “Acabei de ligar” não está simplesmente em oposição a “mas parece que...”. “Mas” atua, no discurso em questão, complementando o que foi dito anteriormente, mostrando a antecipação de Felipe em relação ao discurso de consumo, veiculado pela mídia, em uma formação ideológica capitalista. O “mas”, portanto, não é um indicador de uma oposição, mas a demonstração, no discurso do sujeito: demonstra, no discurso, a incidência de uma formação discursiva que prega o consumo exagerado no discurso do sujeito. Além disso, o vocábulo “parece” evoca uma memória de outros discursos que convergem no discurso de Miguelito: a memória sobre a televisão como propagadora de um discurso de consumo. “Parece que...” é a dispersão de sentidos outros que são produzidos por esse sujeito, sob a forma da ilusão da unidade.

Assim, diferentemente das abordagens anteriormente apresentadas, na ótica da AD, não falamos de uma língua, na qual os elementos linguísticos garantem a precisão, a coesão e a não contradição dos discursos. Como explicar esses elementos, portanto, à luz de uma perspectiva da AD? As expressões “passa desodorante”, “come salsichas” e “compra uma máquina de lavar roupas”, embora estejam totalmente de acordo com as normas linguísticas apresentariam sentido para a LT no que tange ao paralelismo entre as orações, ou seja, na relação interna entre os elementos da língua. No entanto, pela perspectiva da AD, percebemos que o sentido existe justamente na relação que o personagem da tira estabelece entre esses elementos, revelando uma posição-sujeito que denuncia a interpelação midiática a qual estão expostos todos os sujeitos inseridos nessa formação discursiva.

Considerações

Tentamos demonstrar – através da apresentação de diferentes perspectivas teóricas – como um texto pode ser analisado de formas distintas.

Vimos que as diferentes abordagens têm modos de ver a língua e, conseqüentemente, o texto, dentro de seus limites.

Assim, para a linguística textual, o sentido das palavras é transparente; o texto, formado por várias frases, pode ser decomposto e analisado pelo modo como as frases e os vocábulos estão articulados, relacionados. Essa perspectiva, ao assumir a existência de apenas um sentido, que deve ser diretamente inferido pelo leitor, insiste em uma concepção de língua clara e sem contradição. Diferentes interpretações são tratadas como erros; é do autor/falante ou do leitor/ouvinte, a capacidade de interpretar corretamente o que está sendo dito/escrito.

A diferença entre a perspectiva da linguística textual e das teorias da enunciação é a importância dada ao falante e ao ouvinte. No âmbito dessas teorias, ambos passam a ser considerados, de modos diferentes em cada perspectiva, sendo tratados como **locutores**, **enunciadores** ou **sujeitos**. No entanto, para as teorias enunciativas, a concepção de língua ainda é transparente e o sentido só pode ser considerado pelas circunstâncias da enunciação. Estamos ainda diante de sujeitos que têm controle daquilo que dizem, e diz de lugares marcados pelo contexto dado pelo lugar e pelo momento da enunciação.

De acordo com a teoria elaborada por Benveniste (1989), o locutor toma a palavras e, a partir das marcas linguísticas, se marca na língua. É a partir dessa noção que o autor poderá formular também a noção de sujeito, ou seja, a constituição do indivíduo pela linguagem. Para Ducrot, o *locutor* é aquele indivíduo responsável pela enunciação, na qual são acionados diferentes pontos de vista, expressos pelos enunciadores. O **enunciador**, portanto, se marca na língua, mas de forma determinada por elementos linguísticos. As diferentes vozes às quais o enunciador pode aderir ou não são mostradas linguisticamente, demonstrando, assim, o limite da perspectiva enunciativa: um enunciador ainda dotado de estratégias sobre a língua.

É no âmbito da análise de discurso que passamos a falar em um sujeito que, diferentemente da perspectiva benvenistiana, se constitui na articulação entre língua e história. Não mais dotado de estratégias, o sujeito, na perspectiva da AD, é afetado ideológica e inconscientemente, produzindo um discurso permeado por atos falhos, por lapsos. Assim, pensando em um sujeito que não possui controle do que diz, o objeto **texto** passará a ser visto como uma unidade de análise, que haverá a

ruptura com os limites propostos pelas outras teorias. Dizemos ruptura porque ao invés de considerarmos o contexto linguístico ou as circunstâncias enunciativas, consideramos as condições de produção em que esse *discurso* está sendo produzido, isto é, as condições histórico-sociais. A dimensão que o texto adquire, analisado enquanto um discurso, é ser o *locus*, por excelência, da análise da materialidade da língua.

Referências

BENTES, A. C. Linguística textual. In: MUSSALIM, F; BENTES, A.C. (org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001.

BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, 1989.

_____. **Problemas de linguística geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães et al. Campinas/SP: Pontes, 1991.

CAZARIN, E. A. Da polifonia de Ducrot à heterogeneidade na análise do discurso. In: **Formas e linguagens**. Belo Horizonte, p. 15-38, ano 1, nº 2, abr./jun. 2002.

DUCROT, O.; CAREL, M. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. In: **Letras de hoje**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 7-18, jan/mar. 2008.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987. Campinas: Pontes, 1987.

FLORES, V.; TEIXEIRA, M. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

KOCH, I. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MALDIDIER, D.; NORMAND, C.; ROBIN, R. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, E. **Gestos de leitura** (org.) [et. al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 61-97.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**. Campinas: Pontes, 1996.

_____. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1988.

PÊCHEUX, M. Especificidade de uma disciplina de interpretação (A Análise de Discurso na França). Tradução de Solange Leda Gallo. In: ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. Textos selecionados. Campinas: Pontes, 2011.

____. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani et.al. Campinas: Unicamp, 2010 [1969].

QUINO. **Toda a Mafalda**. Tradução de Andreia Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1993.